

Brasil reduz pagamentos anuais da dívida à metade

Brasília — Wilson Pedrosa

Brasília — O governo decidiu cortar pela metade a transferência de recursos ao exterior para o pagamento da dívida externa, que será limitado, até 1991, à média anual de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) contra os 4% dos últimos quatro anos. Essa é a condição fundamental para que o país tenha recursos suficientes para atingir a meta de crescimento de 7% ao ano, através da ampliação dos investimentos públicos em áreas básicas da economia e da redução do déficit público.

Este ano, os investimentos públicos atingirão Cz\$ 200 bilhões. Esse é um dos principais pontos do documento que o ministro Dilson Funaro irá levar, na próxima semana, na reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional. No encontro com os deputados e senadores do PMDB, no Congresso Nacional, ontem, o conteúdo do documento foi debatido.

A fixação de limites para o pagamento da dívida externa é o ponto central de um documento elaborado pelo Ministério da Fazenda.

Em 1987, a transferência de recursos reais ao exterior foi limitada a 7 bilhões de dólares, ou o equivalente a 2,4% do PIB. Menos, portanto, do que o total transferido em 1986 — 8 bilhões 200 milhões de dólares, ou 3,1% do PIB — e bastante inferior ao que o país remeteu em 1984 (11 bilhões 800 milhões de dólares, ou 5,6% do PIB) e em 1985 (11 bilhões 300 milhões de dólares, ou 5,1% do PIB).

No documento, o governo critica os programas de ajustamento impostos pelos FMI a partir de 1983 — “que desorganizaram inter-

namente as economias nacionais e agravaram, em escala mundial, os desequilíbrios comerciais e financeiro, cuja permanência pode colocar em risco as possibilidades de crescimento da economia internacional”.

O recado é claro: o país quer crescer sem ingerência ou monitoramento externos e vai utilizar os recursos que não serão transferidos na execução de investimentos internos. O documento responsabiliza a pressão dos credores pela interrupção do processo de modernização tecnológica da indústria brasileira “nos anos de recessão” — além da queda do nível de atividade, na taxa de investimento e nas importações. Até mesmo as políticas de estabilização e a contenção do déficit público.

O governo não especifica no documento o prazo para a retomada do pagamento dos juros da dívida mas deixa claro que isso ocorrerá ainda esse ano, sobretudo em função da necessidade de o país captar no exterior mais recursos para financiamento, da ordem de 4 bilhões de dólares ao ano, de 1987 a 1991.

A proposta brasileira de reestruturação da dívida externa, portanto, tem como objetivo cobrir essa necessidade de recursos aliada a possíveis ganhos que poderão vir com a redução das taxas de juros que incidem sobre a dívida brasileira. Desta forma, a proposta brasileira conterá três centrais: redução do custo médio da dívida, refinanciamento parcial dos juros devidos até 1991, adoção de diversos mecanismos de conversão, inclusive para investimentos em projetos, com o objetivo de controlar o crescimento da dívida e reduzir a vulnerabilidade da economia às flutuações da taxa de juros internacionais.



Funaro ficou ao lado de Ulysses e Fernando Henrique Cardoso